CLASSIFICAÇÕES DO PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO BRASILEIRO: REVISÃO E ESBOÇO DE UMA CLASSIFICAÇÃO MATERIALISTA DAS INTERPRETAÇÕES SOBRE O BRASIL

Marco Antonio Perruso

trogao@bol.com.br

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Brasil

RESUMO

O presente trabalho, primeira parte do projeto de pós-doutorado “A esquerda fora do lugar no séc. XXI: o pensamento brasileiro e seus lugares sociais”, trata de alguns mapeamentos fundamentais relativos ao pensamento político e social do Brasil. Nela é realizada uma revisão da bibliografia dedicada a classificar e mapear o pensamento social e político brasileiro, analisando-a com vistas à proposição de uma nova classificação; e esboçada preliminarmente uma classificação do pensamento social e político do Brasil referida aos principais lugares sociais da produção intelectual. A abordagem metodológica envolve a referida bibliografia, a releitura de obras clássicas do pensamento político e social brasileiro, bem como memorialísticas e análises referidas a trajetórias intelectuais. O presente trabalho encontra-se na interface entre o campo de estudos do pensamento social e político, a sociologia dos intelectuais e a teoria social. Os resultados do trabalho, em andamento, são articulados num esboço de classificação do pensamento brasileiro que concentra-se nos lugares sociais de produção, ancoragem e inspiração das reflexões a respeito do Brasil, quais sejam: o mercado (lugar do exercício do espírito do capitalismo); o Estado-Nação (lugar do exercício do poder político-burocrático, modalidade de ação instrumental diferente da anterior); a universidade (e outras instituições assemelhadas), domínio do capital cultural/intelectual, distinto dos capitais econômico e político; e as classes e movimentos sociais de extração popular, que por sua vez remetem à participação política dos setores subalternizados de nossa sociedade, cuja história é intrinsecamente marcada pela desigualdade.

Palavras-chave: pensamento social e político brasileiro, intelectuais, marxismo

Keywords: Brazilian social and political thought, intellectuals, marxism

Esboça-se aqui uma classificação materialista do pensamento brasileiro que seja capaz de contextualizar com rigor os lugares sociais estimuladores da produção intelectual. As classificações do nosso pensamento não são numerosas: Lynch registra que desde 1982, por ocasião de artigo de Sadek, não se fazia um balanço das investigações sobre o pensamento político nacional – até ele fazer o seu próprio. (Lynch, 2016, p. 75) Parece inexistir uma taxonomia a respeito do pensamento social e político brasileiro que observe com apuro os lugares sociais, institucionais ou de classe a partir dos quais nossos intelectuais visualizam o Brasil e, com isso, nele intervém com as armas do pensamento. Tais classificações têm sido objeto preferencial da ciência política – boa parte da literatura aqui revisitada possui a marca disciplinar correspondente. Entretanto, trato do pensamento social e político sem atentar para tais fronteiras, face à longa trajetória nacional de diálogo entre pensadores e cientistas, sociais e políticos. Assim, retomo a terminologia original utilizada por Wanderley Guilherme dos Santos em seu trabalho inaugural da área de estudos da “produção teórico-social brasileira”: “imaginação político-social” ou “pensamento político-social”. (Santos, 1967, p. 182) Não será possível dar conta dos aportes teórico-metodológicos embaixadores das classificações dos autores ora analisados – vistas aqui sob prisma sociológico de inspiração marxista.

Revedo algumas classificações do pensamento social e político brasileiro

Revedo classificações importantes dedicadas ao pensamento social e político brasileiro, pode-se efetuar aproximações significativas. Se Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes, com suas “inteligibilidades distintas que ajudaram a criar para os ensaios”, como atesta Botelho (2010, p. 50), “ainda hoje se fazem presentes nas ciências sociais informando diferentes abordagens na área de pensamento social brasileiro”, impressionam as convergências estabelecidas a partir de mapeamentos posteriores – já do período aqui abrangido, da profissionalização das investigações científicas a respeito da produção intelectual a respeito do Brasil.

Lamounier (1977) e Sadek (1982) perfazem classificações parecidas sobre os modos de ler nosso pensamento, ainda que com pequenas variações terminológicas. Ambos destacam os paradigmas analíticos cientificista-institucionalista, nacionalista-historicista e classista. Lamounier acrescenta o autoritarismo esclarecido, enquanto Sadek o inclui como sub-tipo do enfoque nacionalista e adiciona outro, o conciliatório – que pode ser também relacionado ao parâmetro nacional. (Perruso, 2017, p. 13-15)

A oposição entre os enfoques científico-institucionalista e nacionalista foi desenhada com precisão por Santos (1967). O primeiro valoriza formas/procedimentos de elaboração do pensamento tendo como substrato a confiança iluminista na ciência – acadêmica – como vetor fundador da modernidade. O segundo reconhece nos conteúdos do pensamento, balizados necessariamente pela adequação à consolidação de uma nação – moderna, também – via protagonismo estatal, a medida de qualidade/validade da produção intelectual.

Note-se que o viés científico, explicitamente referido no primeiro enfoque analítico, também se encontra no segundo, que ressalta o enraizamento social – o “realismo” - do pensamento na modernização da nacionalidade sob direção de uma *intelligentzia* paraestatal vista como portadora de legitimidade científica para tanto. (Perruso, 2017, p. 14) Se Santos apontou com pioneirismo que o paradigma científico-institucionalista ensejava “uma interpretação positivista da história da ciência”, “epistemologicamente equivocada”, (Santos, 1967, p. 182; também Santos, 1970, p. 147), o paradigma nacionalista, do qual ele é um dos representantes maiores, não está imune também a uma inclinação positivista na reconstrução da história do pensamento.

Este autor, fundador de nossa ciência política acadêmica, foi o primeiro a mapear as maneiras de pensar o pensamento brasileiro e formulou, mais tarde, o enfoque do autoritarismo esclarecido, versão sofisticada do paradigma nacionalista. (Lynch, 2016, p. 77 e 98) Tal enfoque parte do pressuposto de que todo pensamento nacional se baseava no diagnóstico do atraso brasileiro, consistindo nos caminhos prognosticados para superá-lo rumo à modernidade capitalista a diferença fundamental dos nacionalistas – seguros da força demiúrgica do Estado – para os liberais doutrinários – adeptos convictos do mercado como instância universal do progresso. (Lynch, 2016, p. 97-98)

Santos, ao anotar a importância do liberalismo no pensamento brasileiro, possivelmente está indicando haver uma maneira liberal de pensar o pensamento nacional, na qual toda reflexão político-social seria mensurada por sua pertinência à ideologia de mercado produzida pelos liberais europeus e estadunidenses. Quanto mais distante desta estivesse, mais atrasado seria nosso pensamento. Aqui avulta uma polaridade paradigmática maior, entre nacionalismo e liberalismo, deixando em posição secundária o enfoque científico-institucionalista. Todavia, embora Lamounier seja um cientista político liberal (Lynch, 2016, p. 77 e 98), não incluiu, em sua classificação dos modos de ler nosso pensamento, uma vertente liberal. Sobre Santos, é nítida a identificação com a maneira nacionalista de analisar

nossa produção intelectual que ele mesmo delineou enquanto autoritarismo esclarecido.

De qualquer forma, pode-se estabelecer um fundo cientificista comum às três formas de ler o pensamento social e político, na medida em que elegem Estado, mercado e ciência como entes da modernidade capazes de fazer-nos superar o atraso, inclusive no plano intelectual. É nesta direção que comenta Weffort: “Diante dos manifestos contrastes entre 'países avançados' e 'países atrasados' parece embotar-se a sensibilidade ideológica em geral para adquirir relevo uma 'sensibilidade moderna' que se pretende fundada puramente em juízos racionais e científicos.” (Weffort, 1980, p. 93)

Por fim, há o paradigma classista ou marxista, nomeado por Lamounier e Sadek mas também por Santos (1970, p. 140-144), bem como por Lynch (2016, p. 77 e 92-103) e Coser (2016, p. 32-33) em seus recentes balanços a respeito da trajetória do pensamento político brasileiro (ambos com forte recorte disciplinar). Este enfoque postula uma relação de condicionamento entre classe e pensamento. Nele, o referente da modernidade reside nas classes sociais típicas do capitalismo. Ao contrário dos outros paradigmas, porém, não mensura a performance do pensamento com vistas ao desenvolvimento capitalista enquanto finalidade, mas face a potencialidades emancipatórias ou anti-emancipatórias inscritas na produção ideológica de classes sociais em conflito desigual marcado pela dominação de uns sobre outros – os quais não necessariamente se circunscrevem às fronteiras da sociedade/comunidade nacional real ou imaginada, nem se prendem aos horizontes do sistema capitalista.

Seguindo Brandão (2005, p. 238-239), considero que as classificações dos modos de ler o pensamento brasileiro, elaboradas em formatação acadêmica por Santos e Lamounier, dão continuidade a trajetórias de vertentes deste mesmo pensamento – nacionalista e liberal, respectivamente. Outros balanços estão submetidos à mesma condição de pertencimento ao pensamento brasileiro. No caso de classificações relativas ao pensamento, há a peculiaridade de cada uma delas lançar um olhar sobre todo universo do nosso pensamento (inclusive sobre outras classificações) sob o prisma da tradição a que se filia o intelectual acadêmico proponente. Como afirma Coser: “Tal movimento esteve presente no próprio objeto, desta maneira Oliveira Vianna, Guerreiro Ramos estabeleceram, também, os antepassados da família a qual pertenciam e os seus adversários.” (Coser, 2016, p. 1)

Igual raciocínio se aplica às classificações das correntes do nosso pensamento social e político. Ademais, é viável estabelecer correlações entre as vertentes do pensamento em si e

os modos de percebê-lo, não obstante constituírem níveis analíticos desiguais.

Observando a classificação do pensamento político brasileiro em termos de linhagens traçadas por Brandão (2005), verifica-se a evidente afinidade entre o idealismo orgânico e a perspectiva analítica nacionalista registrada nos já citados trabalhos de Santos, Lamounier, Sadek e Lynch. Tal linhagem valoriza o Estado e a singularidade nacional, eixos pelos quais se aquilata historicamente o pensamento social e político brasileiro. O mesmo pode ser apontado na classificação de Werneck Vianna (1991) quanto às correntes de pensamento latino-americanas, no que tange ao iberismo. Quanto às linhagens antiaristocráticas do pensamento radical de classe média e do marxismo de matriz comunista delimitadas por Brandão, são tributárias de uma inspiração taxonômica classista (Lynch – 2016, p. 77 – anota a filiação marxista de Brandão).

A oposição entre as correntes de pensamento liberal e estatal-nacional – a “percepção dicotômica” constitutiva do pensamento brasileiro, como estabeleceu Santos (1970) – não se repete com nitidez no plano dos modos de pensar nosso pensamento. Nas classificações de Lamounier e Sadek não há uma maneira liberal de analisar nossa produção intelectual. Nas primeiras obras de Santos a respeito, de 1967 e 1970, também não, ao menos diretamente. Então é notável como o liberalismo nacional é visto antes como objeto do campo acadêmico de estudos do pensamento do que como sujeito histórico capaz de inspirar um modo de ler a produção intelectual brasileira. Do mesmo desnível não padecem nossos nacionalismo e marxismo-classismo, detectados igualmente nas classificações do pensamento (de Santos, Vianna e Brandão, bem como nos balanços de Lynch e Coser) e nas maneiras de pensá-lo (Santos, Lamounier e Sadek).

O marxismo e seu critério analítico classista nas reflexões sócio-políticas brasileiras, consagrados posteriormente por Schwarz (2001), foram objeto de reservas desde a fundação da ciência política universitária no país. Santos (1970, p. 140-144), Lamounier (1977, p. 346) e Sadek (1982, p. 7) denunciavam o perigo esquematizante de relacionar pensamento e classe, que tendia a retirar a autonomia das ideias. Numa sociologia dos intelectuais tal questão era colocada com menor ênfase. De qualquer maneira, foi com Brandão, segundo Lynch, que o campo de estudos do pensamento político nacional comportaria uma crítica mais sólida às chaves analíticas nacionalista (de Santos) e liberal (de Lamounier), retomando-se “o critério classificatório” “de fundo marxista que pressupunha as ideologias distribuídas por classes sociais, umas mais verdadeiras e progressistas que outras”. (Lynch, 2016, p. 102)

No enfoque marxista no pensamento brasileiro, uma problemática deve ser acrescentada: a que busca averiguar que classes e grupos são considerados suficientemente relevantes para se alçarem não apenas a objetos do pensamento, mas também como sujeitos inspiradores de ideias sócio-políticas significativas para compreender o país. (Perruso, 2017, p. 18) Com as primeiras concepções antiaristocráticas do nosso pensamento, antes citadas, Brandão (2005, p. 236) preenche esta lacuna de maneira não-elitista, vislumbrando outras camadas sociais que não as dirigentes. Trilhando esta senda, sugiro uma classificação sociológica das interpretações sobre o Brasil.

Esboço de uma classificação materialista do pensamento brasileiro

Sob ótica teórico-metodológica, caracterizar lugares sociais típicos que, recorrentemente, sediam ou inspiram reflexões sócio-políticas a respeito do Brasil envolve reconhecer que todo “chão social é de consequência para a história da cultura”. (Schwarz, 2001, p. 76) Tais lugares ensejam uma espécie de ancoragem social ou institucional das ideias, através de processos nos quais determinados estratos intelectualizados, impactados por certas condições sociais e acontecimentos históricos, conferem nexos culturais e prioridade analítica a alguns fenômenos e questões em detrimento de outros. A mirada “distorcida” daí resultante, inevitável e necessária na produção do conhecimento científico, envolve fenômenos como “sobredeterminação pela teoria” e “subdeterminação pelo fato” no âmbito das teorias sociais gerais – que se verificariam também no pensamento social e político. (Perruso, 2015, p. 48-49)

Isto vale também para o próprio estudioso acadêmico do pensamento brasileiro. O que Coser (2016, p. 1) afirma para a ciência política – todo investigador deve ter em conta “as questões da sua contemporaneidade que o levam” a pesquisar um assunto ou fenômeno de seu interesse no passado de nosso pensamento – se aplica genericamente às ciências humanas. De modo correlato, deve-se concordar com Botelho (2010, p. 59): “uma interpretação fortemente interessada da realidade social pode produzir conhecimento sociológico relevante”.

Levando em conta os diferentes lastros sociais através dos quais se perspectivam intelectualmente os diversos agentes em interação na sociedade, é possível discernir tensionamentos e dilemas vividos por intelectuais na produção do pensamento. Dessa forma as ideias não são encaradas como que estando “num ambiente à parte, uma espécie de mundo das ideias” (Ricupero, 2013, p. 542), nem se desconhece que o “estabelecimento do

significado dos textos não poderia ignorar as condições de sua produção intelectual”. (Lynch, 2016, p. 104) Em compensação, como evitar uma concepção determinista das ideias, que minimiza a autonomia da dimensão intelectual, nas leituras marxistas a respeito do pensamento?

A esta altura, estamos diante do velho embate entre os vieses analíticos internalista e externalista (Bourdieu, 2003), vigentes nos campos de estudos sobre pensamento/arte/ciência. Lynch na ciência política aponta esta “clivagem mais importante”: a abordagem textualista e filosófica foge “das limitações inerentes ao contexto político e social de elaboração da obra” por meio de “argumentos de ordem geral”, apresentando “alto grau de abstração, dedutivismo e generalização”; já a abordagem contextualista e historicista não separa “o exame do texto da referência à época e à sociedade em que foram produzidas”, estando “menos interessada na suposta sistematicidade ou coerência do texto analisado do que em entender como o autor reagia às diferentes interpelações de seu tempo”. (Lynch, 2016, p. 107) Nos termos de Botelho, na sociologia temos: “duas perspectivas metodológicas concorrentes”, a “analítica” e a “contextualista”, mas buscando-se sempre evitar “uma visão disjuntiva entre essas perspectivas”. Assim, é possível circunscrever a ambição deste artigo: “uma perspectiva 'contextualista' desempenha um papel especificamente metodológico na pesquisa dos ensaios de interpretação do Brasil” (Botelho, 2010, p. 62-63) – não só dos ensaios mas de todo pensamento brasileiro, creio.

Mas há também outro risco: “qualquer enquadramento contextual como um fim em si mesmo, malgrado as contribuições que possa trazer para a compreensão de movimentos mais amplos da sociedade, tende quase sempre a um tipo de abstração analítica das obras/autores”. (Botelho, 2010, p. 59) Como evitá-lo? De início, tendo em mente que o “chão histórico” da “experiência social” deve ser devidamente “analisado”. (Schwarz, 2001, p. 78) Este lastro social é fonte de pesquisa para compreender as ideias, não de explicações tautológicas ou teleológicas. Assim se pode mensurar como clivagens de classe, e outras, circunscrevem ao mesmo tempo que potencializam a produção intelectual. Em seguida, na medida em que os lugares sociais aqui propostos sejam analisados em interface com os “conteúdos” dos pensamentos por eles impulsionados, de modo a evidenciar congruências recorrentes. Pois se “o (estudo do) pensamento político-social foi capaz de formular ou de discriminar (...) formas de pensar extraordinariamente persistentes no tempo” (Brandão, 2005, p. 236), os processos intelectuais associados àqueles lugares também se mostram resistentes na sociedade brasileira.

Nas palavras de Santos (1970, p. 145): “a percepção política decorre de um contexto cultural que fornece o padrão latente de análise”; tais padrões “se desenvolveram historicamente, tornando-se estáveis no tempo, após adquirir lugar preponderante na cultura”. Tal contexto cultural remete a “um conjunto de valores que formam um argumento, valores estes que ultrapassam um contexto histórico singular, reunindo, desta maneira, autores de épocas distintas”. (Coser, 2016, p. 1) Mas como se tornaram estáveis no tempo e ultrapassaram um contexto singular? Pela contínua socialização cultural e política de novas gerações intelectuais em espaços sociais notavelmente duradouros – que oferecem diferentes sinalizações e instrumentais pelos quais “as pessoas observam, organizam e representam a realidade política” (Santos, 1970, p. 145) – e social.

Desta forma pode ser ponderada a “sustentação social e política” de uma ideologia (Vianna, 1998, p. 181). Ou observada a “estrutura” da “imaginação política, a saber, a disposição interior dos formadores de opinião”, isto é, os “determinantes da fonte da mensagem” (Santos, 1970, p. 138), em vez de classificar superficialmente “os autores segundo as características manifestas dos textos que produziram” (Santos, 1967, p. 187) – como se totalmente transparentes e conscientes fossem o processo de produção intelectual e a relação dos autores com suas reflexões. Ou, ainda, pode ser diagnosticada quando “a experiência da história empurrou uma parte da intelectualidade a se desapequenar” (Schwarz, 1998, p. 110), propiciando um engajamento.

Esboça-se aqui então uma classificação do pensamento brasileiro que mire os lugares sociais de produção e de inspiração das reflexões sócio-políticas sobre o Brasil. Tais lugares ou espaços sociais, capazes de estimular ou acolher vertentes fundamentais do pensamento social e político, seriam: o mercado; o Estado-Nação; a universidade e instituições assemelhadas; as classes e movimentos sociais de extração popular.

O mercado é identificado como o espaço social conformado pelo desempenho do espírito do capitalismo em chave weberiana. (Habermas, 1987) É um dos vetores maiores do surgimento e expansão da modernidade até hoje. E alavancou a formulação da auto-explicação primária da sociedade moderna, o liberalismo burguês, fundado em perspectivas teóricas individualista, utilitarista e pluralista (Sahlins, 2007, p. 302; Coser, 2016, p. 24-25), tão claras em pensadores clássicos como Stuart Mill. A política e a democracia, neste sentido, implicam uma sociedade civil constituída de “grupos formados por indivíduos auto-interessados que disputam o Estado com o objetivo de garantir o benefício próprio”. (Coser,

2016, p. 26). Apesar de ser discutível a existência do mercado em sua concepção típica-ideal entre nós enquanto tivemos escravidão no Brasil, foi dominante a importação de ideias liberais – o que gerou, inclusive, o incômodo de nossas ideias serem intuídas como “fora do lugar”, remetendo a uma visão dualista da sociedade nacional. (Schwarz, 2001, p. 59-61; Arantes, 1996, p. 14-16)

O Estado-Nação é entendido como o espaço social composto por estruturas institucionais que funciona tendo em vista o exercício de um poder político, mediante uma organização burocrática ou que simula a burocracia. Ele também configura decisivamente, junto com o mercado, as sociedades modernas e contemporâneas. (Habermas, 1987) Mercado e Estado são lugares que privilegiadamente sediam ações do tipo instrumental. As ideologias e teorias normalmente associadas a agentes estatais, ou inspirados pelo Estado, são: nacionalismo, positivismo, funcionalismo, conservadorismo, tradicionalismo, reformismo e populismo. É comum nestas orientações político-sociais o pressuposto de que ocupantes de postos estatais não representam “interesses de grupos sociais” específicos mas o “interesse público em abstrato”. Tal pressuposto se assenta numa concepção de “*política científica*”, vista como tecnicamente mais eficiente do que o confronto de interesses e o “debate de ideias” que idealmente constituiriam a democracia liberal. (Coser, 2016, p. 19 – itálico do autor) Este, sem dúvida, é o território perfeito para a ação de uma *intelligentia* artífice da nação, qualificada para “uma ação intencional, guiada pela razão de homens de Estado capazes de distinguir interesses particulares e imediatos do interesse bem compreendido, inacessível aos atores da sociedade civil”. (Coser, 2016, p. 26) De maneira similar ao mercado, é problemático delimitar o momento em que o Brasil passou a ter um Estado em feição moderna, mas, analogamente, os Estados-Nação dos centros dinâmicos do capitalismo mundial foram vistos como exemplares pelos intelectuais. Mas diferentemente desses Estados, nossas “instituições políticas teriam a marca das concepções organicistas conduzindo à afirmação da racionalidade burocrática e do Direito Administrativo em detrimento da ordem racional legal e do Direito Civil” (Coser, 2016, p. 5) – estes últimos mais afeitos à dimensão do mercado.

As universidades e instituições assemelhadas, constitutivas do campo acadêmico como se conceitua a partir de Bourdieu (2003; 2011), são compreendidas como o espaço social consagrado, na contemporaneidade, à produção do conhecimento legitimado socialmente enquanto ciência – esta, outro elemento vertebrador da modernidade, desde o Iluminismo. No

mundo universitário, seus membros, professores/pesquisadores, possuem significativa mas variável autonomia diante de outros poderes sociais, como o econômico (advindo do mercado) e o político (referido ao Estado-Nação). Por isso, também, a produção intelectual acadêmica é caracterizada por grande variedade teórica e ideológica. A par desta diversidade, é expressiva a marca institucional do pensamento confeccionado academicamente. É difícil investigar o pensamento social e político sem fazer alguma referência ao lugar que o produz profissionalmente, em escala industrial; isto é, sem levar em conta o caráter social de sua elaboração. As obras científicas caracterizam-se pelo desinteresse na aplicação imediata do conhecimento construído – embora isto possa ser relativizado. (Lynch, 2016, p. 87) Além disso, estímulos intelectuais originados de indivíduos ou grupos sociais referidos às esferas do mercado, do Estado-Nação ou de outros lugares sociais atravessam a Academia. As universidades podem ser um lugar social de alavancagem do pensamento brasileiro que possua estatuto epistemológico inferior aos outros aqui propostos. Na história nacional, desde os anos 1930 nossas universidades foram se expandindo e se consolidando.

Por fim, ao destacar classes sociais e movimentos populares numa classificação – que se pretende materialista – do pensamento brasileiro, nota-se a pequena visibilidade dos estratos historicamente subalternizados em muitas interpretações do país. Nosso pensamento, elaborado no contexto de uma sociedade originalmente escravista e até hoje extremamente desigual, tendeu a ser investigado elegendo-se, como objetos mais relevantes, intelectuais partícipes de círculos socialmente elitizados. As movimentações dos “de baixo”, no entanto, foram aos poucos mudando este quadro, mostrando-se suficientemente fortes para impactar o campo intelectual.

Esta quase invisibilidade deve-se também à percepção majoritária do “atraso” e da “subalternidade” da sociedade nacional em nosso pensamento político, conferindo-lhe “uma conformação temática e estilística específica” (Lynch, 2016, p. 82-83) – em menor grau o mesmo se deu no pensamento social. As disputas intelectuais se erigiam em torno de dois caminhos alternativos para se chegar à modernidade: a já mencionada “percepção dicotômica”, na qual liberais e nacionalistas desenvolviam “a mesma abordagem polarizada” mas cada qual com “uma persuasão distinta”. (Santos, 1970, p. 153) Ocorre que tal dicotomia tinha como pano de fundo o apassivamento real das classes populares ou sua subestimação epistemológica/analítica no plano das ideias sócio-políticas. Mesmo quando esteve em jogo rivalidades político-ideológicas vizinhas à polaridade direita/esquerda, se circunscreviam a

oposições entre elites intelectuais – caso, por exemplo, da disputa que opôs Guerreiro Ramos e Roland Corbisier a Hélio Jaguaribe, Anísio Teixeira e Roberto Campos, no Iseb – Instituto Superior de Estudos Brasileiros. (Coser, 2016, p. 39)

O capitalismo brasileiro possui uma baixa propensão à inclusão econômico-social. O mercado tem sido monopolizado por setores burgueses enquanto espaço social de articulação do pensamento. Diferente é o caso do Estado-Nação: o pensamento nacionalista muitas vezes tratou com atenção nossas classes populares, desdobrando-se em práticas estatais mais ou menos incluídas por meios corporativos e assistenciais. (Coser, 2016, p. 19-20) Mesmo assim, tais iniciativas, referidas ao planejamento econômico-social do capitalismo, reservaram postos secundários para quem não fazia parte dos setores tradicionalmente dominantes. Este contínuo atributo hierárquico da sociedade brasileira unia, conquanto haja nuances, intelectuais pró-mercado e pró-Estado-Nação; ilustrando: apenas o pensamento marxista explicitou a questão agrária, decisiva em nossa estrutura social, com urgência reformista. (Coser, 2016, p. 30) Já as universidades brasileiras sempre progrediram lentamente quanto à acessibilidade pública.

Não à toa, no pensamento brasileiro, um dos primeiros autores a ressaltar “a exclusão social das classes subalternas” foi Schwarz (Coser, 2016, p. 4), típico intelectual acadêmico. A progressiva agitação histórica popular certamente influenciou emergentes segmentos sociais que se intelectualizavam em padrão universitário. Propõe-se aqui, então, movimentos sociais de extração popular (constitutivos de um mundo da vida habermasiano), que contestam de múltiplas formas a tentacular desigualdade nacional (de classe, étnica, de gênero, etc), como lugar social por excelência a ancorar reflexões sócio-políticas críticas da ordem capitalista – as quais podem ser marxistas ou não, formuladas por intelectuais de origem popular ou não.

Movimentos e classes populares em interface com o pensamento brasileiro

É notória a presença pouco expressiva das classes populares e de seus movimentos sociais no pensamento brasileiro, pelo menos até os anos 1970/80. Schwarz menciona “a opção pelos de baixo” refletida no temário do marxismo uspiano: “o negro, o caipira, o imigrante, o folclore, a religião popular”. (Schwarz, 1998, p. 104) Trabalhos clássicos anteriores, acadêmicos ou não, poderiam ser lembrados como exceções à regra.

Na trajetória majoritária do pensamento social e político encontram-se avaliações negativas quanto à contribuição das camadas subalternizadas na construção do que seria o

Brasil – seja em sua face liberal seja na estatal-nacional. Do lado liberal mais conservador, Alcindo Sodre entendia que era tarefa das elites civilizar “o povo sem educao poltica”; atravs de instituies modernas os estratos populares abandonariam seu “primitivismo poltico”. (Santos, 1970, p. 154) Tavares Bastos acautelava-se diante das classes “rudes”. Para Oliveira Vianna era impossvel s instituies liberais fazer progredir as aptides polticas e intelectuais nacionais. E Azevedo Amaral alertava sobre a irracionalidade e o emocionalismo das multides. (Cosser, 2016, p. 14, 27 e 29)

Leal, no seu clssico *Coronelismo, enxada e voto*, comenta sobre a “impossibilidade” de formao de lideranas polticas no campesinato brasileiro, classe descrita como sendo composta por “seres quase sub-humanos”. (Leal, 1978, p. 22-23 e 56) Sua preocupao social com as pssimas condies de vida dos setores populares rurais no se desdobra em percepo positiva ou esperanosa quanto a possvel protagonismo poltico deles – o que recorrente em outros autores quanto aos demais estratos “de baixo” de nossa sociedade. Em compensao, ele revela que o segredo do coronelismo se desnuda na dependncia que nossos setores polticos dirigentes tem do “voto de cabresto” dos trabalhadores do campo, mediado pelos coronis. (Leal, 1978, p. 20-23) Assim, colocava em firme patamar o papel de nossas classes populares no funcionamento e na explicao do pas em sua dura escalada pela modernizao e democratizao.

Mesmo na obra de um pensador marxista como Prado Jr., que inspirou reflexes propugnadoras da centralidade da classe trabalhadora na interpretao do Brasil, registram-se passagens relacionadas invisibilizao de setores subalternizados que nos constituram desde tempos coloniais. Em seu *Formao do Brasil contemporneo* pode-se ler a definio de “territrio primitivo e vazio que a Amrica”. (Prado Jr., 1994, p. 15)

Tambm em balanos classificatrios do pensamento brasileiro verifica-se alguma subalternizao dos papis desempenhados pelas classes populares em nossa histria. Werneck Vianna apontava a “irremedivel assimetria” em que costumam se encontrar “instituies e cultura do povo”. (Vianna, 1991, p. 150) Neste enquadramento as instituies so sempre modernas, ao contrrio da vida cultural das classes populares. Cabe perguntar se no se verifica igual assimetria entre instituies e cultura das elites, algo j indicado por Schwarz na tese sobre as ideias fora do lugar.

Em oposio, quando o marxismo uspiano observa os trabalhadores urbanos sob o populismo nacional-desenvolvimentista, como na obra de Weffort, o jogo inverte-se. Passa-se

a postular a centralidade popular no entendimento do país. Vários pontos analíticos são inovadores neste momento: o registro da origem de classe não-popular dos líderes populistas; a posição de árbitro assumida pelo dirigente estatal diante dos conflitos de classe; a pressão dos movimentos das massas a impulsionar toda agitação político-social; a defasagem entre os detentores do poder econômico e os do poder político; o carisma do político populista como solução para as dificuldades da burguesia industrial ascendente em exercer hegemonia; a precedência do Estado sobre a sociedade propiciada pela dinâmica populista verticalizada (de “cima para baixo”); a dependência e orientação estatais do nacional-desenvolvimentismo; a ilusão de sua capacidade em se dirigir ao “povo” como um todo; sua impossibilidade congênita de organizar a classe trabalhadora, que acabou resultando no golpe militar; a consagração pequeno-burguesa do Estado. (Weffort, 1980, p. 40-49 e 65-73) Formava-se um pensamento marxista crítico do parâmetro analítico estatal-nacional até então dominante. De modo que, duas décadas depois, Werneck Vianna, refletindo no âmbito do pensamento, afirmava que “o Estado é *tudo* para” o brasileiro, inclusive “na medida em que a sociedade é *nada*” para ele. (Vianna, 191, p. 168 – itálicos do autor) Contudo, tal crítica ao nacionalismo estatolatra se fazia a partir de um critério intelectual classista. Por isso, também, julgamento crítico ainda mais duro se voltava para o liberalismo brasileiro, mais elitista que o populismo. Weffort chamava atenção para a superioridade do segundo, receptivo a interesses populares, sobre o primeiro, oligárquico – motivo pelo qual fora derrotado em 1930 justamente pelo reformismo estatal-nacional. (Weffort, 1980, p. 21-22 e 49)

A crítica político-intelectual ao populismo, após o fracasso nacional-desenvolvimentista configurado em 1964, se estruturava a partir da adoção crescente de critérios analíticos classistas. Oliveira (1972, p. 9) indicava a ideologia populista como subsidiadora da burguesia no arranque capitalista industrial brasileiro de 30 a 64. E, quase trinta anos depois, Schwarz reiterava o argumento crítico marxista, contra as sempre renovadas esperanças estatais-nacionais e liberais, afirmando que “nem a ulterior divisão internacional do trabalho igualava as nações”. (Schwarz, 1998, p. 106) A movimentação do capital internacional não deixava muito espaço à ação dos Estados-Nação.

A primazia analítica numa interpretação do Brasil ia passando para os movimentos sociais das classes populares (ascendentes antes da ditadura militar, por ela interrompidos e em seguida renovados nos anos 1970/80) – os quais, na classificação ora proposta, são objeto do pensamento brasileiro e também sujeito inspirador de nossa produção intelectual.

Parafrazeando Ricupero (2013, p. 537), pode-se dizer que as mobilizações político-sociais dos “de baixo” nos anos 1950-60 (quando já emergia críticas, e alternativas à esquerda, ao populismo) forçaram e alargaram os limites, determinados socialmente, das obras de certa intelectualidade marxista, sendo os uspianos os mais visíveis nesse processo.

Era disponibilizada outra intelegibilidade para pensar a sociedade brasileira, acompanhada do engajamento intelectual nos movimentos populares. Ela não se confunde com o engajamento no Estado-Nação ou com a confiança no mercado, nem com a suposta neutralidade científica subjacente ao campo acadêmico – embora com este último interaja.

Referências Bibliográficas

- Arantes, P. 1996. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Botelho, A. 2010. “Passado e futuro das interpretações do país”. *Tempo social – Revista de Sociologia da USP*, v. 22, n. 1, p. 47-66.
- Bourdieu, P. 2011. *Homo Academicus*. Florianópolis: Ed. Ufsc.
- Bourdieu, P. 2003. *Os usos sociais da ciência – por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed. Unesp.
- Brandão, G. M. 2005. “Linhagens do pensamento político brasileiro”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 48, n. 2, p. 231-269.
- Coser, I. 2016. O pensamento político brasileiro: continuidades e rupturas. Disponível em <https://www.academia.edu/25833224/O_PENSAMENTO_POL%C3%8DTICO_BRASILEIRO_CONTINUIDADES_E_RUPTURAS>. Acesso em: 05 mar. 2017.
- Habermas, J. 1987. *Teoría de la acción comunicativa – crítica de la razón funcionalista. Tomo II*. Madrid: Taurus.
- Lamounier, B. 1977. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação”. In: Fausto, Boris. (org.). *História geral da civilização brasileira – o Brasil republicano*. São Paulo: Difel, p. 343-374.
- Leal, V. N. 1978. *Coronelismo, enxada e voto – o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- Lynch, C. E. C. 2016. “Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19, p. 75-119.
- Oliveira, F. 1972. “A economia brasileira: crítica à razão dualista”. *Estudos Cebrap*, n. 2, p. 3-82.
- Perruso, M. A. 2015. “História oral e campo intelectual: alguns apontamentos”. In: Perruso, M. A.; Araujo, M. S. (org.). *Ciência e política – memórias de intelectuais*. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 41-55.
- Perruso, M. A. 2017. “Reverendo mapeamentos do pensamento brasileiro”. *Em Tese*, v. 14, n. 1, p. 12-30.
- Prado Jr., C. 1994. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense.
- Ricupero, B. 2013. “O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos”. *Sociologia &*

Antropologia, v. 3, n. 6, p. 525-556.

Sadek, M. T. 1982. “Análises sobre pensamento social e político brasileiro”. *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 12, p. 7-21.

Sahlins, M. 2007. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Ed. Ufrj.

Santos, W. G. 1967. “A imaginação político-social brasileira”. *Dados*, n. 2-3, p. 182-193.

Santos, W. G. 1970. “Raízes da imaginação política brasileira”. *Dados*, n. 7, p. 137-161.

Schwarz, R. 2001. “As ideias fora do lugar.” In: *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, p. 59-83.

Schwarz, R. 1998. “Um seminário de Marx”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 50, p. 99-114.

Vianna, L. W. 1991. “Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 34, n. 2, p. 145-189.

Weffort, F. 1980. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.